



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000654-22.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Capacitação - Curso "GTI30: Gerenciamento de Serviços de TI", em formato EAD com 6 encontros *online* ao vivo.

DESPACHO Nº 464 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([0994954](#)), com vistas à contratação de empresa especializada para a inscrição de 4 servidores no treinamento "**GTI30: Gerenciamento de Serviços de TI**", a ser realizado no período de 08/05 a 04/06/2023, na forma EAD com 6 encontros *online* ao vivo.

A unidade demandante elaborou o Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 22/2023 (que define os contornos gerais da contratação com inexigibilidade de licitação - evento [0995008](#)), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado ([0996583](#)) e o Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)).

O objeto do evento e a data encontram-se descritos no Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)) e o valor a ser contratado foi dimensionado, inicialmente, em R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais), para a inscrição de quatro servidores indicados, conforme item 9 do referido Termo de Referência.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos também a proposta elaborada pela empresa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, CNPJ n. 03.508.097/0001-36 ([0996357](#)), a regularidade fiscal com o FGTS, Receita Federal, Justiça do Trabalho e CNJ (todos juntados no evento [0996546](#)), demonstrando estar apta para contratar com a administração pública.

A SGP encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Termo de Referência, conforme evento [1002645](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em atendimento ao Despacho nº 870/2023-GABSAOFC ([1002665](#)), a COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 3.840,00 ([1003297](#)), para custear o valor total da despesa.

Após a análise inicial do Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)), a Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência, comprovou a regularidade da empresa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (CNPJ n. 03.508.097/0001-36) para contratar com a Administração Pública e manifestou-se pela regularidade da fase de planejamento, Pesquisa de Preços - estimativa da despesa e o referido Termo de Referência, complementado pela proposta juntada no evento [0996357](#), os quais encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 72 c/c art. 74, *caput*, da Lei n. 14.133/2021 ([1002837](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC que, através do Parecer Jurídico nº 95/2023 ([1003325](#)), opinou pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)), bem como pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (CNPJ n. 03.508.097/0001-36), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([0996546](#)). Ao final, registrou a desnecessidade de publicação na imprensa oficial, considerando que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal e também em razão da divulgação dos principais atos e documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)); pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0996583](#)); contratação direta da empresa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, CNPJ n. 03.508.097/0001-36; e publicação apenas no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#) e [Acórdão TCU n.](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[1336/06 - Plenário](#), bem como divulgá-los no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, conforme item 28 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022. (Manifestação n. 192/2023-GABSAOFC - [1003735](#)).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.

A presente contratação foi elaborada pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

Assim, por se tratar de pretensão da Administração a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Nova Lei de Licitações e Contratos, caracterizada a inviabilidade competitiva prevista no **art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**.

Salienta-se que a regra legal mencionada **não é genérica**. Pelo contrário. O legislador estabeleceu a comprovação de **notória especialização** de profissionais ou das empresas para configurar a inexigibilidade de licitação nas contratações de serviços técnicos especializados de **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**.

Portanto, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos dos itens 17 a 20 do parecer exarado pela AJSAOFC ([1003325](#)).

Além disso, verifica-se o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**).

Quanto à **escolha do fornecedor**, já foi apontado nos itens 29 e 30 do parecer jurídico a dispensa de comprovação da **notória especialização**, por se tratar de inscrição de servidores em curso aberto, registrada nos itens 3.3.1 e 3.3.2. Tais elementos, como dito, cumprem o requisito legal para a caracterização da inexigibilidade competitiva, na forma do **inciso III, "f" c/c § 3º do art. 74 da Lei n. 14.133/2021**.

A **justificativa do preço** está **demonstrada de forma satisfatória** pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado ([0996583](#)), documento anexo ao Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Ademais, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação ([0995008](#)); b) Estimativa da Despesa ([0996583](#)); e c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo ([0996619](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

Observa-se que, embora o evento não esteja previsto no Plano Anual de Capacitações 2023, a contratação desse treinamento foi autorizada pela Presidência, nos termos da Decisão n. 17/2023-PRES/ASSPRES ([1002244](#)). Não obstante, está de acordo com o alinhamento dos objetivos estratégicos do TRE-RO, pois essa capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor, segundo justificado pela SEDES no subitem 3.6 do TR.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, **RATIFICO** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, na forma do **inciso III, "f" c/c § 3º do art. 74 da Lei n. 14.133/2021**, e

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 37/2023-SEDES ([0996619](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento [0996583](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 106/2022) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4 - Adjudico o objeto à empresa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, CNPJ n. 03.508.097/0001-36, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais); e

5 - Determino a publicação do ato autorizativo no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#) e no Parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) do extrato da nota de empenho em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 04/05/2023, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1004827** e o código CRC **95B9C9F4**.